

A NEGAÇÃO DA FILOSOFIA AFRICANA NO CURRÍCULO ESCOLAR: ORIGENS E DESAFIOS.

ALVARO RIBEIRO REGIANI.*

A história não é feita, exclusivamente, por historiadores, há sempre uma instância silenciada, não captada pelo olhar de quem analisa o passado, mas ressoada em diversas vivências, contudo, dentro desta pluralidade ocorre um pensamento histórico ordinário que nem sempre é desejado, mas produtor de sentidos. As semânticas e práticas sociais, percebidas nos currículos escolares, comumente, traduzem lógicas destituídas de conteúdos específicos. Como acontece em alguns livros didáticos brasileiros que transmitem uma visão eurocêntrica sobre o legado da cultura africana.

Esta lógica excludente ampara-se em superinterpretações que alguns helenistas fizeram sobre a “tradição ocidental”, compreendida como autoridade e legado essencial para a construção de identidades, e, por conseqüência, de historicidades em uma instância pré-argumentativa do conhecimento. Por não estar sujeita a debates, fundamentou e corroborou valores centrais sobre a existência, a política e a ética, bem como expressou a persuasão, o controle e a regulação.

Assim, os indivíduos

e grupos que a definiram conferiram identidades, noções e categorias para mascararem formas de opressão como expressão da verdade. A tradição ocidental, sendo uma questão de fato, foi um elemento que facultou uma historicidade distante do conhecimento, representando um tipo de mentalidade. Que legitimou visões históricas e filosóficas que concebiam dispositivos de persuasão para sobreporem, anacronicamente, ideias sobre contextos através de parâmetros que produziram determinados saberes instrumentais.

* Mestrando em História pela Universidade de Brasília (UnB).

Esses usos e abusos, contemporaneamente, podem ser percebidos em diversas tendências que norteiam livros didáticos brasileiros. Os manuais do ensino médio são documentos que comportam outros documentos e como tal carece de uma leitura atenta e perpassada por questionamentos. Seus discursos, suas imagens e a organização de todo esse conteúdo não ocorre de modo ingênuo e livre das relações de poder, sejam elas econômicas, filosóficas e ou históricas.

A instrumentalização do livro didático como meio para alcançar reflexões particulares ou gerais deveria atender a duas modalidades de ensino: a compreensão das informações por meio da elucidação de conceitos e temas educacional; e a apropriação deste conhecimento por seus leitores através de procedimentos didático-pedagógicos que promovam a inserção e a crítica do indivíduo na esfera social. Contudo, este não deve ser a única ferramenta nas relações de ensino-aprendizagem, cabendo ao docente diversificar, buscando em outras fontes, temas e conteúdos para complementar o conhecimento do educando, sobre si e a circularidade intelectual que o cerca.

Segundo o censo oficial do país, a população afro-descendente é mais da metade percentual, em valores absolutos (Cf. MÜLLER; COELHO, 2013), porém, esta realidade não foi contemplada pelo currículo real. Por isso, como dispositivo de correção deste desequilíbrio foram criadas as leis 10.639 e 10.645 que dissertavam sobre a obrigatoriedade da inclusão de estudos da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, respectivamente. Tais leis trouxeram mudanças ao texto das Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), o artigo 26-A determina o estudo da história da África e do Brasil - africano para promover a valorização das identidades afro-descendente e, politicamente, debater sua inserção na esfera social contemporânea. Mesmo assim, com uma década de vigor, o texto legislativo não obteve na prática escolar todo o efeito desejado. Os discursos e dispositivos de exclusão, em muitos casos, continuam existindo alguns em livros didáticos.

A transposição didática, entre o que é produzido na academia para a sala de aula do ensino regular, encontra inúmeras dificuldades e barreiras dentro do sistema educacional brasileiro, por exemplo, a supracitada lei 10.639/2003. Os problemas não se

encontram somente no percurso universidade/escola e nem apenas no próprio sistema de ensino básico, que tem suas mazelas mais frequentemente expostas. Os próprios cursos de formação docente ainda vivem uma fase de ampliação desses estudos e discussões que mesmo nesse ambiente foram por tempo negligenciado. Pois, até a década de 90 nas graduações de história e linhas de pesquisa específicas não se bordavam os conteúdos específicos de África e de história e cultura afro-brasileira. Os currículos universitários foram alterados em decorrência de novas abordagens historiográficas que transitavam com a temática africanista.

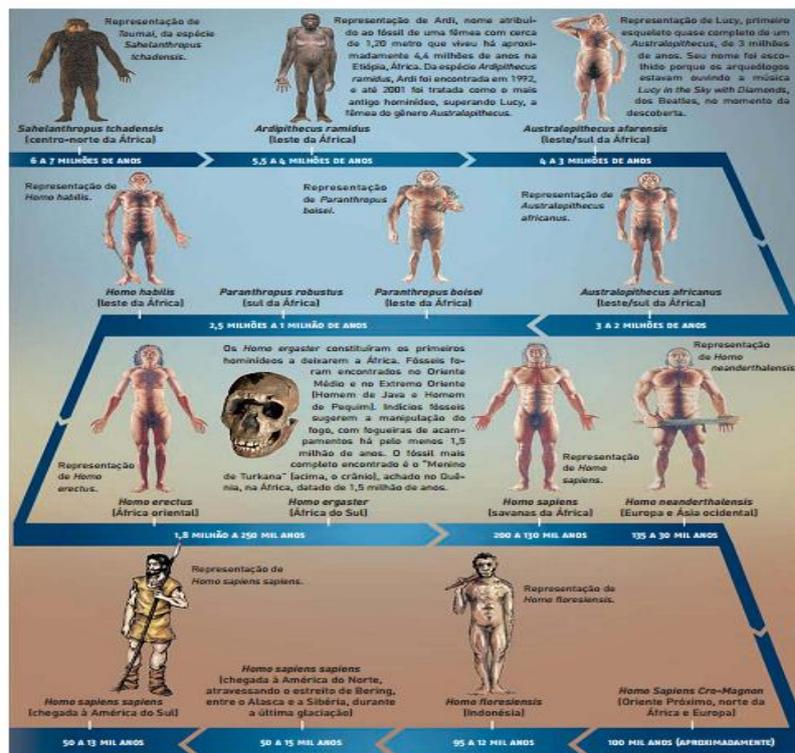
Mesmo com a inserção e a ampliação de temas relativos à africanidade não ocorreu um questionamento, contumaz, as práticas silenciadas e aceitas por autores destes manuais. Assim valendo-se da tradição ocidental consideram a África como receptadora da história, e principalmente, da filosofia ocidental. Para sustentar tal assertiva foram analisados livros didáticos de história e filosofia do ensino médio², para assim afirmar que estes seguem tendências epistemológicas fundadas em uma filosofia da história que distinguem a “técnica egípcia” da “filosofia grega” e a “tradição africana” da “história européia”.

Noções como progresso e cultura; história e historicidade; filosofia e conhecimento são discutidos, teoricamente, nos manuais do ensino médio sempre no prefácio e nas instruções ao professor. Porém, nos textos dos capítulos específicos esta discussão é empobrecida e, pragmaticamente, não contempla uma revisão historiográfica a determinados conteúdos, bem como o eixo narrativo define-se por generalizações teleológicas e economicistas demonstradas por a causa e efeito.

Sem qualquer crítica a “teoria das raças”, a “monogenia” ou a “poligenia”, que vigoraram durante séculos como premissas centrais para a explicação do surgimento da humanidade. Sabe-se que o *homo sapiens sapiens* surgiu no continente africano, a

² O livro “História Geral e do Brasil” de Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo é por décadas uma referência no ensino de História, sendo utilizado tanto na rede pública e privada do país. Já o manual “História” de Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos pretende reavaliar posturas historiográficas por meio de diálogos contemporâneos. O livro “Iniciação a filosofia” de Marilena Chauí pode ser considerado um clássico, por anos é referenciado como o principal manual de didática filosófica, bem como o “Filosofando: Introdução à filosofia” de Lúcia Maria de Aranha e Maria Helena Pires Martins que é amplamente difundido em escolas brasileiras.

“Eva” da região dos lagos constituiu-se como a primeira ancestral da humanidade. Esta, fisiologicamente, já apresentava os mesmos padrões cerebrais e corporais que seus descendentes hodiernos. A evolução humana não corresponde à mutação da cor da pele, contudo, em um manual é possível encontrar um quadro evolucionário com resquícios de teses racistas:



▀ Quadro do provável caminho evolucionário dos hominídeos, desde o grupo dos *Sahelanthropus ichadensis* até o *Homo sapiens sapiens*, ao qual pertencem todos os atuais grupos humanos. Uma descoberta arqueológica do esqueleto quase completo de uma mulher e de restos ósseos de um grupo de indivíduos na Ilha das Flores, Indonésia, divulgada em outubro de 2004, provocou mais discussões sobre os primórdios da evolução humana. Ela revela que, entre 95 mil e 12 mil anos atrás, existiu outra espécie de hominídeo, o *Homo floresiensis*, de cerca de 1 metro de altura. A anatomia mistura características de *Australopithecus* e *Homo erectus* (extintas há 1,4 milhão e 200 mil anos, respectivamente) com traços do homem moderno *Homo sapiens*, numa combinação que intriga os cientistas.

Como demonstrado neste quadro evolucionário há alguns percursos: os símios tornam-se hominídeos e, por conseqüência, progridem para o *homo sapiens sapiens*. Tal qual o negro que “evolui” para o branco, transparecendo assim a ideia de uma migração humana da África à Europa como um caminho que percorre a melanina. Este discurso transmite a crença de uma linearidade evolutiva, bem como, transparece antigas teses

³ (VICENTINO; DORIGO, 2013, p. 33)

sobre a existência de raças superiores e inferiores, algo que foi bem refutado nas últimas décadas.

No mesmo contexto, em ambos os livros, apresentam-se o surgimento de *técnicas* e o domínio da natureza no Neolítico como a cerâmica, a tecelagem e agricultura em concomitância com as migrações e o povoamento do globo terrestre sem qualquer menção a coletividade africana. É neste ponto que reside o problema de *nomear* e *definir* ideias e práticas sem afirmar onde, arqueologicamente, surgiu essas contribuições para a humanidade. Assim, demonstra-se uma *distância* inominável e indefinível para a África, contudo, se constrói uma história *comum*, entre nós e os gregos, que nomeia e localiza a importância do legado clássico para a contemporaneidade, pois:

“As artes e as obras arquitetônicas, o idioma, o pensamento filosófico, a mitologia, as instituições políticas são algumas das expressões culturais gregas de influência nas civilizações ocidentais. Conhecer parte desse legado possibilita o conhecimento de importantes aspectos de nossa cultura (VICENTINO; DORIGO, 2013, p. 116)”.

O Egito, para exemplificar essa relação de proximidade e distanciamento, é descrito pelos manuais como o manancial do sedentarismo e, por conseqüência, das *técnicas*, mas não do conhecimento teórico. A construção das pirâmides, por exemplo, foi interpretada como instrumentalização pragmática, “acerto e erro”, sem qualquer referência a ciência, a matemática ou a arquitetura da antiguidade. Assim como a filosofia que é transliterada em religiosidade, sendo um domínio do Estado sobre os camponeses, independente de qualquer aprofundamento sobre o conceito de alma.

A vida após a morte e a transmigração da alma para outros corpos é uma questão central para a compreensão do início da filosofia ocidental, em especial para a platônica, mas nesses livros didáticos não há qualquer menção sobre este tema. Quando descrita é, resumidamente, definida como procedimento técnico de mumificação. Como observou-se na obra Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo, “os egípcios acreditavam em vida após a morte e no retorno da alma ao corpo, cultuavam os mortos e desenvolveram técnicas de mumificação para conservar os cadáveres (VICENTINO; DORIGO, 2013, p. 81)”.

A ‘técnica’ nesta citação corrobora a visão do filósofo G. W. Hegel e inspira aos leitores uma visão, meramente, pragmática, bem distante da vivência contemplativa dos egípcios. A crença na pós-vida é descrita por um discurso cientificista, linear, ao invés de um cultural, circular, que abarque a pluralidade da condição humana em que estavam sujeitos. Em outro livro didático, a ideia é mimética, sobre as “múmias no tempo dos faraós”:

“Os antigos egípcios acreditavam na vida após a morte e, por isso, mumificavam os mortos, ou seja, preparavam e embalsamavam o corpo. A mumificação osiriana, descrita a seguir, era privativa dos faraós e das elites egípcias. O cérebro era retirado do crânio pelas narinas com um instrumento curvo, após amolecê-lo injetando um tipo de vinho de tâmaras. Retiravam-se todos os órgãos internos do corpo, menos o coração, por meio de uma incisão no abdômen. Depois enchia-se o corpo com saquinhos de sal para absorver os líquidos. Decorridos 72 dias, o corpo escurecido e ressecado era enxertado de perfumes e resinas. Finalmente era enfaixado. A múmia estava pronta para ser colocada no sarcófago a seguir para a tumba (VAINFAS, 2010, p. 31)”.

A única menção aos fundamentos dessa ‘técnica’, circunscrita na esfera religiosa, é brevemente descrita: “durante o Novo Império, começou a ser composta uma coletânea de orações, cânticos e preceitos conhecida como Livro dos mortos, visando instruir o defunto sobre como proceder no percurso após a morte (VAINFAS, 2010, p. 31)”. Desta forma, resumi-se a 5.000 anos de civilização transliterando o conhecimento contemplativo a uma relação tecnicista e religiosa. Esta noção também é encontrada, de forma bem mais explícita, nos livros de filosofia. Não há nomes nem definições para a intelectualidade, bem como para os conhecimentos praticados as margens do Nilo, apenas uma coletividade amorfa que domina a política e a religião:

“A consciência mítica predomina em culturas de tradição oral, quando ainda não há escrita. Mesmo após seu surgimento, a escrita reserva-se aos privilegiados, aos sacerdotes e aos reis, e geralmente mantém o caráter mágico: entre os antigos egípcios, por exemplo, a palavra hieróglifo significa literalmente “sinal divino”. (ARANHA; MARTINS, 2009, p. 37)

Em contrapartida nos livros didáticos, a filosofia surge pela tradição ocidental, uma vez que “primeiros filósofos foram gregos e surgiram no período arcaico, nas colônias gregas (ARANHA; MARTINS, 2009, p. 37)” e foram “os gregos transformaram em ciência (isto é, em conhecimento racional, abstrato e universal) aquilo que eram elementos de uma sabedoria prática. Assim, transformaram em matemática o que os egípcios praticavam como agrimensura para medir” (CHAUÍ, 2014, p. 30). Reside assim, uma perspectiva que destitui qualquer importância do conhecimento africano e supervaloriza a influência grega na contemporaneidade.

É sintomático perceber que nas bibliografias básicas dos livros analisados não se encontram autores que pensam o Egito antigo, apenas comentadores da antiguidade clássica, que em algum tempo dedicaram textos sobre a história da África. Por isso a importância intelectual da civilização do Nilo, bem como todo o continente africano, foi reduzida a esfera econômica, agregando assim um sentido periférico às margens da centralidade européia. O “Egito era um grande produtor de cereais” (VICENTINO; DORIGO, 2013, p. 80) e seguindo a mesma lógica era a “dádiva do Nilo”, pois “as águas do Nilo geraram as condições necessárias para a introdução e expansão da agricultura e a formação das primeiras cidades na região” (VAINFAS, 2010, p. 31).

Seguindo com a análise desses manuais, as “outras” Áfricas são indexadas entre os capítulos que versam sobre a antiguidade e a medievalidade, após o “milagre grego” e o apogeu e declínio de Roma. São citados os reinos de Axum, de Gana, de Mali, do Sudão (Hauçás e Iorubas) e da África centro-ocidental como confluência para o surgimento do islamismo e das práticas escravocratas da idade moderna. Contudo, não ocorre nenhuma menção sobre o pensamento filosófico, apenas a instância da religiosidade como sinônimo central da vida social e das técnicas, no uso prático, como a metalurgia e as construções arquitetônicas por exemplo.

Ressalta-se que não há referência para explicar, através de uma revisão historiográfica ou mesmo antropológica, os motivos de agregação e desagregação dos impérios, reinos e cidades africanas, bem como ocorre à ausência da história do cotidiano, das relações entre gêneros e a vida privada e pública, como via mestra para a

compreensão destes povos. Ou seja, retira-se a vivência africana e a sua experiência histórica e filosófica, reificando uma imagem negativa para a formação da intelectualidade e por conseqüente de sua cultura. E mesmo que, na única menção encontrada na forma de transmissão de valores e ideias pela “tradição oral”, a religião e a técnica estão presentes como condição *sine qua non* de identificação da africanidade, como exposto em um fragmento de Amadou Hampâté Bâ, citado, no livro História: Geral e do Brasil:

“Qualquer adjetivo seria fraco para qualificar a importância que a tradição oral tem nas civilizações e culturas africanas. Nelas é a palavra falada que transmite de geração a geração o patrimônio cultural de um povo. A soma dos conhecimentos sobre a natureza e a vida, os valores morais da sociedade, a concepção religiosa do mundo, o domínio das forças ocultas que cercam o homem, o segredo da iniciação nos diversos ofícios, o relato dos eventos do passado ou contemporâneos, o canto ritual, a lenda, a poesia – tudo isso é guardado pela memória coletiva, a verdadeira modeladora da alma africana e arquivo de sua história. Por isso já se disse que “cada ancião que morre na África é uma biblioteca que se perde” (VICENTINO; DORIGO, 2013, p. 184)”.

Neste livro a tradição oral é mostrada como uma condição pré-argumentativa por não ser definida pela escrita. Mais uma vez, a esfera da religiosidade e a transmissão de técnicas sobrepõem valores intelectuais e culturais. A oralidade é uma forma de transmissão da filosofia e da história, adversa ao “modo de argumentação” e dos registros formais, seu ponto de interlocução é outro, como observa Joseph Omeregbe:

“Algumas pessoas, educadas dentro da tradição filosófica ocidental, afirmam que não existe filosofia e nem atividade filosófica fora da filosofia e do método ocidental de filosofar, tal como eles denominam “tecnicamente”. No seu livro Introdução à filosofia ocidental, o professor Antony Flew diz que filosofia consiste em argumentos “sempre, do início ao fim” e desde que não há argumentos no pensamento oriental (ou conforme ele pensa) por conseqüência não existe filosofia no pensamento oriental. De modo similar, referem-se à tradição filosófica africana (OMOREGBE, 2016, p. 3)”.

A oralidade abarca elementos múltiplos da cosmovisão africana, promovendo a transmissão, pela solidariedade, de conhecimentos específicos e gerais. De acordo com David Eduardo de Oliveira a ancestralidade repassada conecta o indivíduo a natureza e estes a sua etnicidade. O “um” é integrado ao todo, “é o corpo da natureza que dará corpo à vida (...). Ela existe como condição da existência”, pois, “o diagrama da filosofia africana é construído no plano horizontal da solidariedade” (MACHADO, 2014, p. 2). Neste âmbito, o livro didático História Geral e do Brasil, dentre outros, erra por não situar a oralidade, nomeando e a definindo-a, como pressuposto intelectual, deixando transparecer apenas a hipótese ocidental. Assim, de forma sintética, a oralidade é definida como um ramo filosófico e histórico:

“Formas filosóficas de refletir e ensinar e aprender sobre as relações dos seres da natureza, do cosmo e da existência humana, são filosofias pragmáticas da solução dos problemas da vida na terra, profundamente ligados ao existir e compor o equilíbrio de forças da continuidade saudável destas existências, sempre na dinâmica dos conflitos e das possibilidades de serem postas em equilíbrio. A contradição e a negociação. Os problemas da existência física e espiritual fundamentam-se nos da existência de uma totalidade que governa as gerações e que permite a continuidade dinâmica da vida pela interferência humana. São formas de pensar, tomadas dos mitos, dos provérbios, dos compromissos sociais que formam uma ética social, refletem, inscrevem (...), registrado na oralidade os condicionantes da existência humana, da formação social, das relações de poder e justiça, da continuidade da vida. A natureza como respeito profundo a vida (MACHADO, 2014, p. 2)”.

A linearidade da tradição ocidental levanta desconfianças, pois este processo didático condiciona uma visão unitária, entre os gregos e nós, por uma perspectiva dissociativa, entre a África e a filosofia. Esta forma de pensar e escrever a história nos livros didáticos esta associada a duas teses, distintas, porem, congêneres: a filosofia surgiu exclusivamente na Grécia segundo as concepções do filósofo alemão Georg Wilhelm Hegel; e que as tendências deterministas entre centro e periferia validam as percepções empíricas humanas como disciplina científica e acadêmica, em especial a economia-política-filosófica.

O livro “Filosofia da História” de Hegel propunha a conciliação do *espírito* com a nacionalidade, nesta obra-síntese de seu pensamento, este expunha, de forma geral, as manifestações extrínsecas e intrínsecas da racionalidade através da objetividade (ética e social) e da subjetividade (individual) como um processo de teorização dos princípios universais da história filosófica. Assim, o pensador alemão decorre sobre a história ocidental, por meio de elaborações intelectuais e políticas, artísticas, em uma relação de superação da compreensão naturalista (*physis*) e mística (*mythos*) do pensamento contemplativo, definindo, desta forma, uma imagem sobre as origens da filosofia na Grécia clássica.

Segundo o filósofo, nas cidades gregas, por volta do século VI aC., ocorreu uma transformação surpreendente em contrapartida as práticas do mundo antigo, os helenos, pelo favorecimento geográfico, legitimaram a *Pólis*, como ambiência política ao ampliarem as discussões públicas na *ágora* para favorecer os ideais de isonômicos. Em concomitância, o uso e a difusão do alfabeto possibilitaram a formação de um novo imaginário cidadão para o homem grego o que permitiu um procedimento contemplativo das causas naturais, das belas artes, da oratória, da história e, principalmente, da filosofia.

Hegel indica que a origem da filosofia da história foi desencadeada pelo “milagre grego”, nascendo do espanto (HEGEL, 1999, p. 197) como correspondente a comprovação da verdade através de novos modelos explicativos fundados no *logos*. Assim as noções filosóficas, fruto da “condição imaginativa” grega, proporcionaram ao mundo, a ética, a contradição, o indeterminado e a dialética, por exemplo, dando suporte para compreender o movimento puro em sua percepção objetiva e subjetiva através da explicação causal para os eventos, a *teleologia*, bem como de uma compreensão do ser, a *ontologia*, engendrados em sistema de categorias gerais, o *holismo* ou a própria metafísica do espírito. Esta racionalidade engendrou uma semelhança entre identidade e realidade, em uma tensão entre o “um” e o “todos”, o que necessariamente levaria a compreensão do absoluto na História.

Ainda para o filósofo alemão a culminância do espírito ao universo grego seria um fenômeno manifestado pela vida gloriosa na *polis*, materializada, nos escritos de Platão e Aristóteles dando origem à tradição ocidental através das ideias de cidade, ética e família. Esta estruturação permitiu a Hegel, e a seus leitores, a construção de uma História que ultrapassasse os limites da experiência em consonância com condições *a priori* da própria experiência, reificando a filosofia da história como um processo ou o movimento puro, no qual é permitido a consciência humana compreender a verdade em sua totalidade, pois, “o único pensamento que a filosofia aporta é a contemplação da história; é a simples idéia de que a razão governa o mundo, e que, portanto, a história universal é também um processo racional” (HEGEL, 1999, p. 17).

A preocupação do filósofo era compreender a lei da dialética no progresso da humanidade aplicada à história, não se interessando pela gênese, ascensão ou declínio das culturas, nem por lei alguma que explicasse a transmigração das ideias. Seu local de fala era claro, dependia da ausência de uma estruturação mental no Oriente legando aos povos estrangeiros apenas uma mera influência na iniciação religiosa e na produção de técnicas sem o rigor contemplativo necessário e suficiente para a conciliação com o espírito, pois, “os gregos podem ter recebido habilidades técnicas dos egípcios, também o início de sua religião pode ter vindo de fora – e por seu espírito autônomo eles teriam transformado tanto uma como outra” (HEGEL, 1999, p. 200).

O exemplo egípcio é bem sintomático, pois postula a “coisificação” do Oriente por sua nulidade no pensamento filosófico fora da Grécia antiga. A rigor, as ideias de Hegel representavam, em parte, seu contexto cultural, dado que expressava uma invenção da África e do Oriente pelo Ocidente, como observou Aldibênia Machado:

“Hegel está entre os filósofos que mais negaram qualquer capacidade intelectual do africano; na sua obra “Filosofia da História”, declarou a África como um papel em branco, contra o qual se poderia comparar toda a razão. Classificou esse continente como o “país da infância” onde o negro torna-se o representante da “natureza em seu estado mais selvagem”, num estado de total inocência, ou seja, o continente africano era, então, “una tierra baldíallena de “anarquía”, “fetichismo” y “canibalismo”, que

espera que los soldados y misioneros europeos la conquisten y le impongan el “orden” y la “moralidad” (MACHADO, 2014, p. 3)”.

Neste âmbito, ao condicionar uma imagem economicamente periférica e reificada como a-filosófica pelo pensamento hegeliano, estes discursos, tão presentes nos livros didáticos, afirmam uma perspectiva racista sobre o continente africano reduzindo-o a técnica e a religião. Esta historicidade postulava as causas gerais para a formação da identidade racional européia e o engendramento da irracionalidade africana, formalmente, expresso na distinção entre o progresso do “Ocidente” frente ao “Oriente” a partir do surgimento, exclusivo, da filosofia. Tais premissas demonstram as relações de poder que representam a desigualdade étnica do Brasil e por isso necessitam de uma, urgente, reavaliação em consonância com a legislação vigente.

Por isso, é necessário questionar as premissas aceitas pela história sobre o surgimento da filosofia e este caminho pode ser realizado pela doxografia dos próprios gregos e intencionalmente esquecida por Hegel. Este suposto começo é bem aquém ao sentido originário que os filósofos atribuíam à noção *arché*. O princípio de todas as coisas explicado por termos físicos (*physis*) surge no Egito como filosofia e não como um procedimento técnico ou circunscrito apenas pela esfera religiosa, mas filosófica. Seu significado, por ser ancestral designa tanto uma ascendência temporal quanto uma condição inerente ao caos que continua a existir para construir um cosmos. Tal noção partilhada pelos filósofos pré-socráticos e pelos egípcios pode ser demonstrada na citação de Diogénes Laertios:

“Para eles o universo foi criado, é perecível e esférico, as estrelas compõem-se de fogo e os eventos na terra ocorrem de conformidade com a mistura de fogos nelas; os egípcios dizem ainda que a lua entra em eclipse quando fica na sombra da terra, que a alma sobrevive à morte e transmigra para outros corpos, e que a chuva decorre de alterações na atmosfera; segundo Hecataios e Aristagoras os egípcios dão explicações naturais para todos os outros fenômenos (LAËRTIOS, 2008, p. 15)”.

Assim, a teologia (*mythos*) não deu lugar à ciência (*logos*) durante o “milagre grego”, mas que teorias, embasadas em argumentos, buscaram a partir da esfera

religiosa o lugar da razão, afinal Tales de Mileto e Pitágoras antes de proporem seus pensamentos receberam educação em solo africano. Desta forma as raízes da filosofia estão, geograficamente, perto da Grécia, mas não nela, o Egito, na idade clássica, era um dos centros irradiadores, tal qual afirma George G. M. James:

“Os Jônicos e Italianos não fizeram nenhuma tentativa de reivindicar a autoria da filosofia, porque eles estavam bem conscientes de que os Egípcios eram os verdadeiros autores. (...) Por esta razão, a então-chamada filosofia Grega é filosofia Egípcia roubada, a qual primeiro se espalhou para Jônia, seguindo depois para a Itália e depois para Atenas. E é preciso lembrar que, neste período remoto da história da Grécia, ou seja, de Thales até Aristóteles 640 a.C. – 322 a.C., os Jônicos não eram cidadãos Gregos, mas a princípio subordinados Egípcios e posteriores subordinados Persas (BENEDICTO, 2000, p. 6)”.

A filosofia no mundo antigo era transmitida oralmente e suas noções, sinais de identificação, eram ministradas apenas para os iniciados como histórias que transmitiam a cultura viva, e não necessariamente expressões religiosas, bem como não havia a necessidade de textos escritos para defini-la como um conhecimento. Por isso a oralidade, tão presente no mundo antigo e nos templos egípcios, era a principal forma de doutrina filosófica.

“Conta-se que o rei Amenófis quis ver os deuses quando ainda vivo. O príncipe Hornekht, filho de Osorkon II e da rainha Karon, desejava que o abutre divino o assistisse quando ele se envolvesse com os antílopes do deserto e das aves do céu, evidentemente para compreender sua linguagem, reservada a um pequeno número de iniciados, e as mensagens importantes que os deuses gostam de confiar-lhes (MONTET, 1989, p. 283)”.

Outro ponto importante que contraria a visão corrente dos livros didáticos, bem como a tradição ocidental, é o próprio léxico, filosofia, que tem origem etimológica desconhecida entre os gregos antigos, mas, bem conhecida pelos egípcios. Os hieróglifos não transmitiam apenas a liturgia, mas construía uma compreensão sobre a natureza e a cultura, sendo repassadas em diversas formas do conhecimento, dado que, segundo Molefi Kete Asante:

“A premissa é falsa na medida em que os estudiosos revelaram que a origem da palavra “filosofia” não está na língua grega, embora venha do grego para o inglês. De acordo com dicionários de etimologia grega, a origem dessa palavra é desconhecida. Mas isso é assim se você está procurando pela origem na Europa. A maioria dos europeus que escrevem livros sobre etimologia não consideram as línguas zulu, xhosa, yorubá ou amárico, quando chegam a uma conclusão sobre se a origem da palavra é conhecida ou desconhecida. Eles nunca pensam que um termo usado por uma língua europeia pode ter vindo da África. Existem duas partes na palavra “filosofia”, como ela chegou até nós a partir do grego, "Philo", que significa amigo (brother) ou amante e "Sophia", que significa sabedoria ou sábio. Assim, um filósofo é chamado de "amante da sabedoria". A origem de "Sophia" está evidente na língua africana Mdu Ntr, a língua do antigo Egito, onde a palavra "Seba", que significa "o sábio", aparece pela primeira vez em 2052 a.C., no túmulo de Antef I, muito antes da existência da Grécia ou do grego. A palavra tornou-se "Sebo" em copta e "Sophia" em grego. Como para o filósofo, o amante da sabedoria, é precisamente aquilo que se entende por "Seba", o Sábio, em escritos antigos de túmulos egípcios (ASANTE, 2014, p. 2)”.

Tais afirmações inferem uma questão importante sobre o que é a filosofia antiga? Mas, principalmente, aponta para um contexto e uma espacialidade, circunscrevendo a gênese de um pensamento. A filosofia egípcia não era uma técnica envolta pela religião, e sim, uma forma de linguagem argumentativa que produzia e disseminava conhecimentos, e estes foram necessários para a filosofia platônica.

“Os sacerdotes do antigo egito relatam em sua história, a partir dos registros dos livros sagrados, que foram visitados por Orfeu e Museu, Melampo, Dédalo, e, além desses, o poeta Homero, o espartano Licurgo, o ateniense Solon, Platão, o filósofo, Pitágoras de Samos, e o matemático Eudoxo, assim como Demócrito de Abdera e Enópides de Quios, também estiveram lá” (ASANTE, 2014, p. 3)”.

Contudo, é via de regra, nos manuais e em textos acadêmicos a negação da influência dos sábios egípcios para o pensamento platônico. Porém, como assinalado por Pierre Montet, a sorte de Platão estudar nos templos confluía diretamente para a

formação de seu pensamento, pois “Era no templo, e no templo somente, que se podia ter a sorte que teve Platão de encontrar sábios e filósofos. (MONTET, 1989, p. 308)”.

No diálogo *Fédon*, o filósofo narra os últimos momentos de Sócrates antes de sua morte por cicuta. Para acalmar seus discípulos o filósofo tenta convencer que a alma perdura além do corpo e “subsiste em si e por si mesmo, à parte dela; tal como a alma, uma vez separada do corpo, subsiste em si e por si mesma, à parte dele” (PLATÃO, 2000, p. 40). Assim, assegura um estágio imutável diante da mutabilidade, separando em duas esferas o mundo sensível do das ideias, para os egípcios a passagem da vida para a eternidade é bem próxima, como escrita em um papiro:

“Não se deve pensar que tudo será esquecido no dia do julgamento. Não contes com a duração dos anos. Eles consideram a vida como uma hora. Depois da morte, o homem subsiste, e suas ações são amontoadas ao lado dele. Aquele que chegar sem pecado diante dos juízes dos mortos, existirá além como um deus. Ele andar livremente como os senhores da eternidade (MONTET, 1989, p. 312)”.

Sócrates assegura que é possível a transmigração da alma, tal qual os egípcios ministravam nos templos, o corpo, como receptáculo, é apenas um estágio para a descoberta da verdadeira sabedoria. Por isso é necessário cuidar bem da alma, o máximo possível, para que esta não se torne imunda, pois neste caso, esta não poderia renascer e permaneceria no Tártaro, onde almas malignas ficam. Esta perspectiva, também pode ser encontrada nas passagens dos Livros dos Mortos,

“Homenagem a ti, deus grande, senhor das duas verdades. Vim para junto de ti. Tendo sido conduzido, vi tua perfeição. Conheço-te, conheço teu nome e conheço o nome dos quarenta e dois deuses que estão contigo nesta sala das duas verdades, que vivem como guardiões dos maus, que bebem o sangue deles neste dia de avaliar o caráter diante do Ser Bom (MONTET, 1989, p. 313)”.

Ora, segundo Diógenes Laertios os egípcios afirmavam, séculos antes de Platão, que “que a alma sobrevive à morte e transmigra para outros corpos” (LAËRTIOS, 2008, p. 15). Demonstrando uma cosmovisão que abarcava a totalidade do conhecimento ao

invés de uma técnica transmitida por religiosos, pois “havia até céticos que observavam que “ninguém retorna para dizer como se portam os defuntos, o que lhes falta para acalmar nosso coração até o momento em que chegarmos ao lugar para onde eles foram (MONTET, 1989, pp. 311-312)”.

A filosofia foi um legado africano para a humanidade e afirmar isto é restituir a importância da África na história da filosofia, através de perspectivas distintas, seja através da crítica aos livros didáticos brasileiros ou pelo questionamento ao modo que a modernidade, européia e brasileira, reproduziram a ideia de uma exclusiva e soberana razão. Bem como, marcar uma crítica a semânticas e práticas aceitas socialmente como naturais ou tradicionais para analisá-las a luz de especificidades históricas.

É evidente que o racismo surge como um conceito político, mas reverbera em várias instâncias culturais, como nas escolas, deixando pouca margem de representação e atuação de grupos e indivíduos. Com a lei de inclusão da história e cultura africana e afrobrasileira a sociedade brasileira experimenta um confronto não com a diferença, mas sim com a sua semelhança, sua história e filosofia. Por isso, reconhecer os motivos do racismo, que tantos relutam em aceitar, é o primeiro passo para construir uma igualdade racial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda & MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: Introdução à filosofia**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2009.

ASANTE, Molefi Kete. **Uma origem africana da filosofia: Mito ou realidade?** Capoeira: Revista de humanidades e letras. Vol. 1. N.1. Ano 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Iniciação à filosofia: Ensino médio**, volume único. 2. ed. São Paulo, Ática, 2014.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Filosofia da História**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

LAËRTIOS, Diôgenes. **Vida e doutrinas dos filósofos ilustres**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

MACHADO, Aldibênia Freire. **Filosofia africana para descolonizar olhares:** Perspectivas para o ensino das relações étnico-raciais. Tear: Revista de educação, ciência e tecnologia, Canoas, v.3, n.1, 2014.

MONTET, Pierre. **O Egito no tempo de Ramsés.** São Paulo: Companhia das letras, 1989.

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso & COELHO, Wilma de Nazaré Baía (Org.). **Relações étnico-raciais e diversidade.** Niterói: Editora da UFF, Alternativa, 2013.

OMOREGBE, Joseph I. **Filosofia africana:** Ontem e hoje. Tradução de Renato Nogueira Jr. *In.* <http://filosofia-africana.weebly.com/textos-africanos.html> acessado em 01/02/2016

PLATÃO. **Fédon.** Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2000.

VAINFAS, Ronaldo... [et al.] **História:** Volume único. São Paulo: Saraiva, 2010.

VICENTINO, Claudio & DORIGO, Gianpaolo. **História geral e do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Scipione, 2013.